



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

Subsecretaria Jurídica
Núcleo de Assessoria Técnica em Ações de Saúde

PARECER TÉCNICO/SES/SJ/NATJUS Nº 5819/2024

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 2024.

Processo nº 0876549-59.2024.8.19.0038,
ajuizado por

Trata-se de Autora, 49 anos, portadora de **câncer de colo uterino IIIB** (diagnóstico em março de 2020). Realizou tratamento com radioterapia entre julho/2020 a setembro/2020, associado à quimioterapia com Cisplatina semanal entre julho de 2020 a agosto/2021. Apresentou progressão de doença para-mediastinal direita em TC de fevereiro/2022 iniciando tratamento com quimioterapia paliativa Carboplatina/Paclitaxel, de março/2022 a maio/2022. Apresenta **dor intensa em quadril esquerdo, em investigação de progressão da doença** (Num. 155710113 – Págs. 15 a 18). Internada no Hospital Geral de Nova Iguaçu em 16 de setembro de 2024 para cirurgia de fratura de colo de fêmur esquerdo (Num. 155710113 – Pág. 26). Pleiteado o fornecimento de **fraldas geriátricas, exame de ressonância magnética de quadril bilateral** e do medicamento **Morfina 10mg** – de 4 em 4 horas (Num. 155710112 – Pág. 22).

O **câncer do colo do útero** é caracterizado pela replicação desordenada do epitélio de revestimento do órgão, comprometendo o tecido subjacente (estroma) e podendo invadir estruturas e órgãos contíguos ou à distância. Há duas principais categorias de carcinomas invasores do colo do útero, dependendo da origem do epitélio comprometido: o carcinoma epidermoide, tipo mais incidente e que acomete o epitélio escamoso (representa cerca de 90% dos casos), e o adenocarcinoma, tipo mais raro e que acomete o epitélio glandular (cerca de 10% dos casos). Ambos são causados por uma infecção persistente por tipos oncogênicos do Papiloma Vírus Humano (HPV)¹.

Cumprido informar que o medicamento pleiteado **Morfina** apresenta indicação para o manejo do quadro clínico apresentado pela Autora – **dor crônica intratável**, conforme relato médico (Num. 155710113 – Pág. 17).

Para atender de forma integral e integrada aos pacientes portadores das neoplasias malignas (câncer), o Ministério da Saúde estruturou-se através de unidades de saúde referência UNACONS e CACONS, sendo estas as responsáveis pelo tratamento como um todo, incluindo a seleção e o fornecimento de medicamentos antineoplásicos e ainda daqueles utilizados em concomitância à quimioterapia, para o tratamento de náuseas, vômitos, dor, proteção do trato digestivo e outros indicados para o manejo de eventuais complicações.

Assim, os estabelecimentos habilitados em Oncologia pelo SUS são os responsáveis pelo fornecimento dos medicamentos necessários ao tratamento do câncer que padronizam, adquirem e prescrevem, devendo observar, quando existentes, protocolos e diretrizes terapêuticas do Ministério da Saúde².

¹ BRASIL. Ministério da Saúde. Instituto Nacional do Câncer - INCA. Controle do Câncer do Colo do Útero. Disponível em: <<https://www.inca.gov.br/controle-do-cancer-do-colo-do-utero/conceito-e-magnitude>>. Acesso em: 30 dez. 2024.

² PONTAROLLI, D.R.S., MORETONI, C.B., ROSSIGNOLI, P. A Organização da Assistência Farmacêutica no Sistema Único de Saúde. Conselho Nacional de Secretários de Saúde-CONASS, 1ª edição, 2015. Disponível em: <http://www.conass.org.br/biblioteca/pdf/colecao2015/CONASS-DIREITO_A_SAUDE-ART_3B.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2024.



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

Subsecretaria Jurídica

Núcleo de Assessoria Técnica em Ações de Saúde

Destaca-se que a Autora está sendo assistida no Hospital Universitário Gaffrée e Guinle (Num. 155710113 – Págs. 17-18), unidade de saúde habilitada em oncologia e vinculada ao SUS como UNACON. Dessa forma, **é de responsabilidade da referida unidade garantir à Autora o atendimento integral preconizado pelo SUS para o tratamento de sua condição clínica, incluindo o fornecimento dos medicamentos necessários.**

Consta nos autos (Num. 155710113 – Pág. 26) declaração médica do Hospital Geral de Nova Iguaçu, datado de 20 de setembro de 2024, com relato de que a Autora se encontrava internada para cirurgia de fratura de colo de fêmur esquerdo.

À título de informação, o medicamento pleiteado **Morfina 10mg** é disponibilizado pela Secretaria Municipal de Saúde de Nova Iguaçu apenas para uso hospitalar.

As **fraturas do fêmur** são lesões graves, decorrentes de forças violentas, na maioria das vezes relacionadas a comprometimento de outros órgãos e que podem gerar deformidades e sequelas ao paciente, em função de complicações imediatas ou tardias³. Este tipo de fratura representa perda significativa da capacidade funcional.

O paciente **restrito ao leito (acamado)** é o indivíduo que permanece numa situação de total dependência. Na maioria das vezes em consequência de sequelas de patologias neurológicas, cardiovasculares, pulmonares e ortopédicas. As sequelas mais comuns são as alterações do tônus muscular, as atrofia muscular e as deformidades articulares. Além disso, limitam e dificultam a higiene corporal, posicionamento e posturas adequadas, agravando ainda mais o estado do indivíduo⁴.

Dito isto, informa-se que o insumo **fralda descartável** está indicado ao manejo do quadro clínico apresentado pela Autora – fratura de colo de fêmur (Num. 155710113 – Pág. 26). No entanto, **não está padronizado** em nenhuma lista para dispensação no SUS, no âmbito do município de Nova Iguaçu e do estado do Rio de Janeiro.

Quanto à solicitação do exame de **ressonância magnética de quadril**, cabe informar, que a **ressonância magnética nuclear** (RMN) é um exame que consiste na emissão de um sinal de radiofrequência. O paciente, circundado por um forte campo magnético, absorve e reflete esse sinal, formando imagens em cortes. O método baseia-se na ressonância da rotação dos núcleos de certos elementos (por exemplo, hidrogênio). Ao colocar-se o paciente em um grande magneto, os átomos dos tecidos são realinhados de acordo com as linhas de força do campo magnético. Sob a excitação da fonte de radiofrequência, esses átomos de hidrogênio sofrem um processo de rotação. Ao ser desligada a fonte, o paciente readquire sua magnetização inicial, liberando um sinal (eco), captado por uma antena especial e transmitido para um computador, que compõem, de acordo com a diferença dos tecidos, uma imagem projetada em filmes especiais. A imagem na RM varia segundo a intensidade do sinal emitido por esses tecidos⁵.

Diante do exposto informa-se que o exame **ressonância magnética de quadril bilateral** está indicado para melhor elucidação diagnóstica do quadro clínico apresentado pela Autora, câncer de colo uterino, dor intensa dor no quadril esquerdo em investigação de progressão da doença, doença mediastinal (Num. 155710113 – Págs. 15 a 18). Além disso, está coberto pelo SUS, conforme a Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses/Próteses e Materiais Especiais do SUS (SIGTAP), na qual consta: ressonância magnética de bacia / pelve / abdômen inferior, sob o

³ SOUSA, C.S., et al. Intervenção fisioterapêutica na fratura da diáfise do fêmur em pacientes tratados cirurgicamente: revisão de literatura. Disponível em: <https://portalbiocursos.com.br/ohs/data/docs/34/259_-_IntervenYYo_fisiot_na_fratura_da_diYfise_do_fYmur_em_pac._tratados_cirurg._rev._de_literatura.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2024.

⁴ KISNER, C; COLBY, L. A. Exercícios Terapêuticos Fundamentos e Técnicas. 3.ed. São Paulo: Manole, 2001.

⁵ HANCIAU, F. Métodos diagnósticos em ortopedia e traumatologia. In: HEBERT, S. et al. Ortopedia e Traumatologia. Princípios e Prática. 3. ed. Porto Alegre: Artmed Editora, 2003. p. 69-95.



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

Subsecretaria Jurídica

Núcleo de Assessoria Técnica em Ações de Saúde

seguinte código de procedimento: 02.07.03.002-2, considerando o disposto na Relação Nacional de Ações e Serviços de Saúde (RENASES).

O ingresso dos usuários nas unidades que ofertam os serviços do SUS, ocorre por meio do sistema de regulação, conforme previsto na Política Nacional de Regulação que organiza o serviço em três dimensões (Regulação de Sistemas de Saúde, Regulação da Atenção à Saúde e Regulação do Acesso à Assistência) para qualificar a atenção e o acesso da população às ações e aos serviços de saúde⁶.

Acrescenta-se que foram realizadas consultas às plataformas da Secretaria Municipal de Saúde – Transparência do SISREG Ambulatorial e Sistema Estadual de Regulação – SER, contudo **não foi encontrada solicitação da referida demanda (ressonância magnética) para a Autora.**

Assim, é necessário que a Autora ou seu representante legal compareça à Secretaria Municipal de Saúde de Nova Iguaçu, munida de encaminhamento médico atualizado e datado, contendo a solicitação do exame pleiteado, **ressonância magnética**, com a finalidade de ser encaminhada via Central de Regulação para uma das unidades que executem tal exame.

Destaca-se que o insumo **fralda descartável** se trata de **produto dispensado de registro** na Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA⁷.

Quanto à solicitação da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (Num. 155710112 – Pág. 22, item “*DO PEDIDO*”, subitem “*d*”) referente ao fornecimento de “...*tudo o tratamento, exames, procedimentos, medicamentos e produtos complementares e acessórios que, no curso da demanda, se façam necessários ao tratamento da moléstia do Autor...*” vale ressaltar que não é recomendado o provimento de novos itens sem emissão de laudo que justifique a necessidade destes, uma vez que o uso irracional e indiscriminado de tecnologias pode implicar em risco à saúde.

É o parecer.

À 5ª Vara Cível da Comarca de Nova Iguaçu, do Estado do Rio de Janeiro, para conhecer e tomar as providências que entender cabíveis.

CYNTHIA KANE

Médica
CRM/RJ 5259719-5
ID. 3044995-2

MARIA DE FATIMA DOS SANTOS

Enfermeira
COREN/RJ 48034
Matr.: 297.449-1

JULIANA DE ASEVEDO BRÜTT

Farmacêutica
CRF-RJ 8296
ID. 5074441-0

FLÁVIO AFONSO BADARÓ

Assessor-chefe
CRF-RJ 10.277
ID. 436.475-02

⁶BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Regulação, Avaliação e Controle de Sistemas. Regulação. Gestão do SUS. Disponível em: < http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pacto_saude_volume6.pdf >. Acesso em: 30 dez. 2024.

⁷MINISTÉRIO DA SAÚDE. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução de Diretoria Colegiada - RDC N° 10, de 21 de outubro de 1999. Disponível em:<https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/1990/prt1480_31_12_1990.html>. Acesso em:30 dez. 2024.